

# CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: COMPARANDO NOVO HAMBURGO E SÃO LEOPOLDO

Everton Rodrigo Santos<sup>1</sup>

Hemerson Luiz Pase<sup>2</sup>

Isis Oliveira Bastos Matos<sup>3</sup>

Este artigo analisa a relação existente entre o capital social e o desenvolvimento local a partir do estudo de dois municípios do estado do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo e São Leopoldo, situados na região metropolitana (RM) de Porto Alegre. Nossa hipótese de trabalho sugere que o capital social existente nestas localidades constitui-se em uma variável importante que pode explicar em parte o desenvolvimento destas cidades. A metodologia utiliza os resultados de duas pesquisas quantitativas, tipo *surveys* domiciliares, aplicadas em ambos os municípios, com amostras probabilísticas, totalizando 1.213 questionários, com erro amostral de 4% e confiança de 95%, bem como pesquisa documental aos *sites* das referidas prefeituras, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do estado do Rio Grande do Sul. O estudo demonstrou que a confiança que as pessoas nutrem umas nas outras, bem como as formas de participação, solidariedade e cooperação estão correlacionadas positivamente com os índices de desenvolvimento local, em outras palavras, com indicadores de longevidade, renda, escolaridade, acesso a bens públicos, entre outros que compuseram nosso índice de desenvolvimento local (IDL).

**Palavras-chave:** capital social; desenvolvimento local; Novo Hamburgo; São Leopoldo.

## SOCIAL CAPITAL AND DEVELOPMENT IN METROPOLITAN REGION OF PORTO ALEGRE: COMPARING NOVO HAMBURGO AND SÃO LEOPOLDO

This article analyzes the relationship between social capital and the study development about two counties, Novo Hamburgo and São Leopoldo, in Rio Grande do Sul state, these counties are situated in metropolitan region of Porto Alegre. Our working assumption suggests that the available social capital in these counties constitute an important variable that may partly explain the development of these cities. The methodology uses the results of two quantitative surveys, household survey type, applied in both counties, with random samples, totaling 1.213 questionnaires, with sampling error of 4% and 95% confidence, as well as documentary research on those City Halls websites, IBGE, TCE and FEE. The study showed that trust that people nurture each other as well as the forms of participation, solidarity and cooperation are positively correlated with indices of local development, in other words, with indicators of longevity, income, education, access to public establishments, and others who composed our Local Development Index.

**Keywords:** social capital; local development; Novo Hamburgo; São Leopoldo.

---

1. Doutor em ciência política. Professor titular na Universidade Feevale. *E-mail:* <chabert89@gmail.com>.

2. Doutor em ciência política. Professor associado da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). *E-mail:* <hemerson.pase@gmail.com>.

3. Doutora em ciência política. Realiza estágio de pós-doutoramento no departamento de economia e relações internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* <isisbastos@gmail.com>.

## **CAPITAL SOCIAL Y DESARROLLO EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: COMPARANDO NOVO HAMBURGO Y SÃO LEOPOLDO**

En este artículo se analiza la relación entre el capital social y el desarrollo local a partir del estudio de las dos ciudades en el estado de Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo y São Leopoldo, estos municipios ubicados en la región metropolitana de Porto Alegre. Nuestra hipótesis de trabajo sugiere que el stock de capital existente en estas localidades constituye una variable importante que puede explicar en parte el desarrollo de estas ciudades. La metodología utiliza los resultados de dos estudios cuantitativos, encuestas de uso doméstico, aplicados en ambos municipios, con muestras de probabilidad, de un total de 1.213 cuestionarios, con un margen de error de 4% y una confianza del 95%, y la investigación documental de los sitios de estos municipios, IBGE, TCE y FEE. El estudio mostró que la confianza que la gente estima entre sí, así como las formas de participación, la solidaridad y la cooperación están correlacionados positivamente con los índices de desarrollo local, en otras palabras, con indicadores de longevidad, los ingresos, la educación, el acceso a los bienes pública y otros que componen nuestro índice de desarrollo local.

**Palabras clave:** capital social; desarrollo local; Novo Hamburgo; São Leopoldo.

## **CAPITAL SOCIAL ET DÉVELOPPEMENT DANS LE RÉGION MÉTROPOLITAINE DE PORTO ALEGRE: COMPARAISON NOVO HAMBURGO ET SÃO LEOPOLDO**

Cet article analyse la relation entre le capital social et le développement local de l'étude des deux villes de l'État de Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo et São Leopoldo, ces municipalités situées dans la région métropolitaine de Porto Alegre. Notre hypothèse de travail suggère que le stock de capital existant dans ces localités constitue une variable importante qui peut expliquer en partie le développement de ces villes. La méthodologie utilise les résultats de deux enquêtes quantitatives, des enquêtes de type ménager, appliqués dans les deux villes, avec des échantillons de probabilité, un total de 1.213 questionnaires, avec une erreur d'échantillonnage de 4% et 95%, et de la recherche documentaire sur les sites de ces municipalités, IBGE, TCE et FEE. L'étude a montré que la confiance que les gens chérissent les uns des autres, ainsi que les formes de participation, la solidarité et la coopération sont en corrélation positive avec les indices de développement local, en d'autres termes, avec des indicateurs de la longévité, le revenu, l'éducation, l'accès aux biens public et d'autres qui composaient notre Indice de développement local.

**Mots-clés:** capital social; developpement; Novo Hamburgo; São Leopoldo.

**JEL:** H7; H700; H79; H790.

### **1 INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento surgiu, conceitualmente, na bibliografia acadêmica, como sinônimo de crescimento econômico e de progresso, que supõe uma espécie de determinismo histórico evolucionista no sentido do antigo para o moderno, do tradicional ao desenvolvido, do rural para o urbano. Neste sentido, o desenvolvi-

mento foi visto meramente como um produto que sistematiza a riqueza produzida e a distribuição de seus recursos. Assim, o principal indicador desta concepção primeira de *desenvolvimento econômico* foi o produto interno bruto (PIB) de uma região ou país. A produção acadêmica sobre o desenvolvimento tem avançado nesta questão, propondo-o como um processo mais complexo e mais amplo que levaria em conta não somente a dimensão econômica, mas também o acesso à educação, saúde, participação, criando-se, a partir dos anos 1990, indicadores para mensurá-lo, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), no caso do Rio Grande do Sul, a Felicidade Interna Bruta (FIB), entre outros. A presente concepção de desenvolvimento vai nesta direção, sendo entendida como a ampliação das capacidades humanas de uma população, de um país ou região nas suas múltiplas dimensões, isto é, na ampliação da longevidade das pessoas, de seus níveis de instrução, dignidade de vida e de participação comunitária (SEN, 2000).

Nessa ordem das coisas, há um debate crescente nas ciências sociais contemporâneas que tem chamado a atenção para a relação existente entre esta concepção de desenvolvimento com a cultura política de uma determinada região, em outras palavras, que haveria uma relação importante entre o desenvolvimento e o capital social de uma dada comunidade.

A bibliografia especializada tem enfatizado que as possibilidades do desenvolvimento estariam mais relacionadas ao volume de capital social existente em uma determinada sociedade, ou seja, com laços de solidariedade, confiança interpessoal e sistemas de participação social, do que com os fatores econômicos propriamente (Putnam, 2000). Estas características cívicas contribuiriam para o processo de desenvolvimento no sentido mais amplo, por meio da comunicação, coordenação, troca, ajuda mútua, cooperação para a construção de bens e serviços que beneficiem amplas parcelas da população.

Essa nova perspectiva da literatura científica acaba propondo um novo ângulo de compreensão em relação às interpretações pretéritas sobre o desenvolvimento que recaíam em explicações macroanalíticas dos dilemas nacionais, *centro e periferia*, *desenvolvimento* ou *subdesenvolvimento* (Cardoso e Faletto, 1970; Furtado, 1961), em que as possibilidades do próprio desenvolvimento ligavam-se à superação de certos *obstáculos estruturais*, *certas assimetrias* do sistema capitalista internacional.

Não desconsiderando a importância desta bibliografia para a compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro, dadas as características de nosso recorte teórico e metodológico, pretendemos, neste artigo, inflexionar por uma epísteme endógena, dando ênfase aos problemas de ordem interna em detrimento das questões externas macroestruturais assinaladas.

Este artigo objetiva analisar o impacto do capital social sobre o desenvolvimento local em duas cidades da região metropolitana (RM) de Porto Alegre no Vale do Rio dos Sinos: Novo Hamburgo e São Leopoldo. A hipótese de trabalho sugere que o capital social existente nestas cidades impulsiona o desenvolvimento local. A confiança, a solidariedade e a participação serão indicadores de existência de capital social, que será considerado variável independente em relação ao desenvolvimento, cujos indicadores serão a idade, a renda, a escolaridade, o acesso a bens e serviços, entre outros.

Os dois municípios em tela fazem parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) do Vale do Rio dos Sinos e, no passado, pertenciam à cidade de São Leopoldo, conhecida por ser o *berço da imigração alemã* no estado. A propósito de serem cidades originárias da mesma matriz de imigração alemã, apresentam diferenças em várias dimensões, especialmente, no seu *timing* de emancipação política institucional, no número de habitantes e nas dotações orçamentárias. Em Novo Hamburgo, por exemplo, há atualmente cerca de 240 mil habitantes; em São Leopoldo, 215 mil. No entanto, seus Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), que foram respectivamente 0,747 e 0,748, em Novo Hamburgo, e 0,739 e 0,765, em São Leopoldo, são muito semelhantes, de acordo com os últimos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul,<sup>41</sup> com uma leve vantagem para o segundo. O que poderia explicar essas semelhanças, essas aproximações quando se examinam seus IDHs ou Ideses? Que fatores poderiam facilitar o desenvolvimento local? Qual o papel da cultura local para o desenvolvimento destas cidades? Essas questões remetem para outra questão central: qual a relação existente entre o capital social nestas municipalidades e o desenvolvimento local?

Objetivando responder a essas questões, será feita uma breve digressão, primeiramente, sobre as características históricas e institucionais dos municípios estudados, atentando para o fato de ambos serem cidades diretamente ligadas à imigração alemã no Rio Grande do Sul no século XIX, caracterizando-se como municípios de médio porte que tiveram aportes de capital social mais generosos quando comparados à região sul do estado, bem como uma indústria calçadista, metalomecânica e comércio importante até recentemente.

Na segunda seção, aborda-se a teoria do capital social na tradição de Robert Putnam, relacionando-a com a temática do desenvolvimento na tradição proposta por Amartya Sen, chamando a atenção para o fato de que as relações de confiança interpessoal, cooperação, solidariedade e níveis de organização de uma sociedade são fatores que a teoria tem demonstrado serem propulsores do desenvolvimento local.

---

4. Para mais informações, ver: <<https://www.fee.rs.gov.br/>>.

Finalmente, se analisará em que medida esta elaboração teórica possui capacidade explicativa sobre a empiria recolhida a partir da análise dos dados referentes as duas cidades.

A metodologia utiliza os resultados de duas pesquisas quantitativas, tipo *surveys* domiciliares, aplicadas em ambos os municípios, Novo Hamburgo (613) em 2012 e São Leopoldo (600) em 2013 com amostras probabilísticas, totalizando 1.213 questionários, com erro amostral de 4% e confiança de 95%, bem como pesquisa documental aos *sites* das referidas prefeituras, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, faz-se uso do *software* SPSS para dar tratamento estatístico para os dados, tanto na frequência, quanto no cruzamento das variáveis e nos testes de correlação.

## 2 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E INSTITUCIONAIS DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

A partir do século XIX, mais precisamente em 1808, os portugueses promoveram a primeira divisão territorial do Rio Grande do Sul (na época, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), criando inicialmente quatro municípios, com a finalidade de ocupar estratégica e militarmente a região: Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo (Siedenberg, 2004). Assim, ao longo de sua história política, houve outras subdivisões, criando-se 88 municípios no século XIX, inclusive o município de São Leopoldo, elevado à condição de vila em 1846 e de cidade em 1864, que incluía, naquela época, a cidade atual de Novo Hamburgo, objeto de nossa análise.<sup>5</sup>

Todavia, merece um especial destaque a configuração histórica desses municípios em tela. A despeito da importância deles para a região e o estado, poucos são os estudos existentes sobre suas trajetórias históricas. Todos eles, no entanto, partem da história do município de São Leopoldo e de sua imigração alemã, visto que, por força de origem, ambos estão intimamente ligados a ele.

Na região que viria a ser São Leopoldo, em meados do século XVIII, foi estabelecida uma feitoria do lado esquerdo do rio dos Sinos, destinada ao plantio de linho cânhamo<sup>6</sup> por lusos e luso-brasileiros. Após a Independência do Brasil, o governo imperial constituiu uma política de ocupação de áreas pouco povoadas,

5. Mas é a partir da segunda metade do século XX e início do XXI que se observa um crescimento vertiginoso dos municípios, chegando-se a 496 em 2013.

6. As embarcações lusitanas utilizavam cordas e velas produzidas pela fibra dessa planta que era cultivada e trabalhada por escravos na Real Feitoria do Linho Cânhamo. Nesta região, surgiram dezenas de fazendas que se destinavam à matéria para a produção de produtos deste estabelecimento. Uma destas fazendas chamava-se Estância Velha, que dará o nome à própria cidade posteriormente de Estância Velha, vizinha de Novo Hamburgo (Alves, 2006).

oportunizando que, em 1824, tivesse início a imigração alemã oficial na região a partir da chegada de menos de quarenta imigrantes. Posteriormente, as estatísticas do período apontaram que, entre 1824 e 1830, entraram cerca de 5.350 alemães no estado do Rio Grande do Sul e entre 1830 e 1889 foram introduzidos mais 20 mil imigrantes alemães que aqui desembarcaram, sendo responsáveis pela criação de 142 colônias alemãs no estado (Anuário, 2002).

O projeto imperial destinava-se a atender a necessidade de criação de um grupo capaz de realizar o contraponto em uma sociedade estruturada com base numa aristocracia escravista, pecuarista e latifundiária e, ainda, que pudesse desenvolver uma policultura que abastecesse o mercado interno (Cunha, 2006). Assim, as condições peculiares da implantação da política de imigração no extremo sul do país possibilitaram a formação de pequenas propriedades rurais com mão de obra familiar (Lando e Barros, 1980).

Esse período caracterizou-se pela superação dos obstáculos provenientes do não cumprimento dos contratos e das promessas realizados pelo governo imperial e seus agentes captadores de imigrantes. Não obstante aos entraves, a cidade apresentou rápido e constante crescimento econômico, fomentado pela instalação da estrada de ferro que possibilitou a ligação da cidade com outras áreas da província, em especial, Porto Alegre, tornando-se paulatinamente um dos principais mercados fornecedores de produtos agrícolas do Rio Grande do Sul.

Nessa nova configuração “os comerciantes ganharam destaque no centro urbano pelo sucesso financeiro que já haviam obtido. Seriam eles, junto com os brasileiros que detinham o poder político local, que formariam a elite do lugar.” (Ramos, 2006, p. 434). Da mesma forma, tem-se o desenvolvimento de um processo de construção de identidade vinculada à ideia de pertencimento cultural à antiga nação e, conseqüentemente, à etnia alemã (Weber, 2006). Ramos (2006) postula que os imigrantes desenvolveram a ideia de pertencimento a uma etnia e a uma cultura própria, internamente delimitada e externamente reconhecida.

O processo de desenvolvimento econômico, ligado prioritariamente à agricultura, alavancou o desenvolvimento de atividades de comércio e indústria. Muitos dos imigrantes realizavam, em seu país de origem, ofícios outros que não o plantio. O isolamento e as necessidades da cidade permitiram o desenvolvimento de uma indústria incipiente que se irradiou pela região circunvizinha.

A indústria calçadista foi a atividade industrial que assumiu maior relevância na região do Vale do Rio dos Sinos e especialmente em Novo Hamburgo, que ainda pertencia ao município de São Leopoldo. Em 1898, Pedro Adams Filho inaugurou a primeira fábrica de calçados onde hoje é Novo Hamburgo, fomentando o surgimento de indústrias secundárias nesta localidade (Schemes *et al.*, 2005).

Nas primeiras décadas do século XX, contava com 66 indústrias de couro, com 1.180 operários e 590 máquinas (Rambo, 1956).

O município de São Leopoldo, criado em 25 de julho de 1824, incluía naquela época o atual município de Novo Hamburgo. Atualmente, possui uma população de 213.238 habitantes e uma área total de 102,3 km<sup>2</sup>, sendo 2.084,4 habitantes por km<sup>2</sup>, segundo o IBGE.<sup>7</sup> O município de Novo Hamburgo obteve sua emancipação somente em 5 de abril de 1927 e contabiliza atualmente uma população estimada em 247.781 habitantes espalhados em 223,8 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 1.067,5 habitantes por km<sup>2</sup>.

Essas emancipações podem ser explicadas por duas razões básicas: uma pela necessidade que os governos estaduais tinham em garantir e obter maior representatividade na distribuição dos recursos federais e outra pelas demandas locais, ou seja, pelo crescimento demográfico, industrial, comercial e pelas necessidades de melhorias na infraestrutura urbana e qualificação dos serviços públicos (Siedenberg, 2004).<sup>8</sup>

Nesse sentido, as emancipações geraram situações novas, organizaram estas localidades com suas leis orgânicas, aproximando estas comunidades de sua estrutura estatal, canalizando de certa forma recursos para esta municipalidade.

Paralelo a esses novos arranjos institucionais, ao longo do século XX, houve um processo de industrialização crescente no Vale do Rio dos Sinos, com a formação de polos industriais de referência nacional e internacional, como foi o caso da expansão do setor coureiro-calçadista, nas décadas de 1970 até meados dos anos de 1990, que viveu o auge da exportação de sapatos. Todavia, no fim dos anos 1990, assistiu-se à queda deste setor coureiro-calçadista, com fechamento de fábricas e deslocamento de empresas para outras áreas do país a partir do fortalecimento da China como a segunda economia mundial e do aumento das importações.

Assim, um dos desafios postos no horizonte dessas municipalidades nas últimas décadas tem sido justamente a busca da superação desta matriz centrada na “indústria calçadista”, no caso de Novo Hamburgo mais especialmente para poder alavancar o seu desenvolvimento. Neste sentido, estas comunidades têm nos seus municípios e nas suas políticas públicas um aliado estratégico para este empreendimento e, conseqüentemente, a superação de seus obstáculos. Todavia, como veremos, os desafios para o desenvolvimento parecem guardar também uma relação importante com a cultura política local. Neste sentido, as possibilidades do desenvolvimento dependeriam muito menos das instituições políticas e muito mais da capacidade organizativa, o chamado capital social.

7. Para mais detalhes, ver: <<https://www.ibge.gov.br/>>.

8. Não podemos deixar de citar as disputas políticas locais também como fontes de emancipações.

### 3 DESENVOLVIMENTO E CAPITAL SOCIAL

As abordagens do desenvolvimento centradas no crescimento econômico perderam seu prestígio a partir da década de 1970, em razão da incapacidade de solução para os graves problemas da humanidade, mesmo em países com substanciais índices de crescimento e acúmulo de riquezas. Exemplos dessas contradições são discutidos desde 1972, na reunião do Clube de Roma, que apontava a necessidade de repensar o desenvolvimento em relação à questão ambiental. A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, e a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), conhecido como Relatório Brundtland, versam sobre esse mesmo questionamento: como considerar desenvolvida uma sociedade que destrói o meio ambiente ou mesmo compromete as futuras gerações com condições precárias de vida?

Nessa perspectiva, Sen (2000) realiza um estudo no qual demonstra que o crescimento econômico materializado pelo produto interno bruto ou mesmo artificialmente mediatizado pelo PIB *per capita* é insuficiente para melhorar a qualidade de vida de alguns segmentos sociais, particularmente os mais excluídos, mesmo em países ricos. Sen prova sua tese, demonstrando que os homens negros norte-americanos, portanto provenientes de um país rico, têm uma expectativa menor de sobrevivência do que os habitantes da China ou da província de Kerala na Índia. “O percentual de homens sobreviventes até os 75 anos distribui-se da seguinte forma: norte-americanos brancos 88%, chineses 74%, indianos de Kerala 71% e norte-americanos negros 67%” (Sen, 2000, p. 36).

Em razão dessas contradições, Sen (2000) propõe uma abordagem inovadora, relacionando desenvolvimento com liberdade. Para ele, a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, consistindo na eliminação de privações de liberdade e oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agentes.

Nesse sentido, o autor busca inspiração em Aristóteles para afirmar que a riqueza não é um bem em si e sim um instrumento meramente útil para se obter outra coisa, isto é, somente tem sentido para aquilo que ela nos permite fazer ou adquirir, ou seja, as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter (Sen, 2000). Desta forma, o desenvolvimento para ele é entendido como a ampliação das capacidades humanas, em outras palavras, há desenvolvimento quando uma determinada sociedade vive mais, as pessoas são mais instruídas, têm uma vida digna e participam mais da vida em comunidade.

Essa inovação influenciou o Banco Mundial a criar, em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano, com o objetivo de avaliar os processos de desenvolvimento nacionais e subnacionais, possibilitando comparação e monitoramento, além da formulação de políticas públicas. O IDH é composto por três indicadores,



a saber: a expectativa de vida ao nascer, a educação e o PIB *per capita*. Como se observa, dos três indicadores, dois dizem respeito a questões relacionadas à qualidade de vida, à eliminação das *privações de liberdade* e apenas um diz respeito ao aspecto econômico.

O IDH deu origem a outros índices, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, criado pela Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul, cujo objetivo é análogo ao do IDH, com a diferença de considerar os indicadores: educação, renda, condições de saneamento, domicílio e saúde. Este índice permite acompanhar, monitorar e comparar a média estadual com os índices dos municípios e das regiões.

Outro índice que tem chamado a atenção é o de felicidade interna bruta, desenvolvido em 1972, no Butão, a pedido do rei Jigme Singya Wangchck, que estava preocupado com a felicidade de seus súditos. Os indicadores da FIB são o bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. Para além da complexidade deste índice, importa perceber que apenas um dos nove indicadores diz respeito à questão econômica e todos os outros dizem respeito à qualidade de vida e/ou felicidade.

Isso posto, importa discutir a teoria do capital social que na última década tem colocado a participação comunitária no centro do interesse dos cientistas sociais correlacionando-a com o desenvolvimento. Antecipando-se à percepção de relevância do tema, Tocqueville (1987) e Coleman (1988) já haviam afirmado que quanto maior a participação dos indivíduos em associações comunitárias, com a valorização das normas e regras democráticas, maior seria a contribuição positiva para o funcionamento e a consolidação da democracia.

O conceito de capital social enquanto forma de reação autônoma que se expressa através da atuação coletiva começou a ser utilizado recentemente na literatura acadêmica (Reis, 2003). Apesar da popularidade da temática, não se pode definir o conceito capital social como se fosse um conceito homogêneo, tendo em vista a extensa lista de críticos à sua capacidade interpretativa e de incidência na ação social (Reis, 2003; Renno, 1998). Neste sentido, sua definição é problemática; por isso, o entendimento conceitual e teórico do capital social continua a se desenvolver.

Um dos primeiros teóricos a utilizar o termo *capital social* nos círculos acadêmicos foi Lyda Judson Hanifan em 1916. Após esta conceituação, o termo desapareceu da literatura durante várias décadas, vindo a retornar ao debate no fim da década de 1970 em diversos campos científicos. Foi o sociólogo Pierre Bourdieu quem conceituou capital social como as redes permanentes que pertencem a um grupo e que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais. Mais tarde, em 1988, com James Coleman, na Sociologia da Educação (1990), concebeu-se o capital social como os aspectos da estrutura social que facilitam

certas ações comuns dos agentes dentro da estrutura, ou seja, normas e redes que facilitam a ação coletiva. Com Putnam (2000), na ciência política, o conceito de capital social passou a ter maior expressão e maior importância, muito embora com uma diferente concepção.

Para Putnam (2000), capital social são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Quanto maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior será o volume de capital social. Trabalhos de Putnam (2000) e Woolcock e Narayan (2000) apontam para três dimensões essenciais do capital social: *i*) as redes *bonding* (aglutinadoras); *ii*) as redes *bridging* (pontes); e *iii*) as redes *linking* (conectoras). A primeira dimensão ocorre quando as pessoas estão unidas e interligadas entre si por laços fortes de amizade ou parentesco. Neste nível, prepondera o sentimento de amizade e solidariedade entre membros de famílias ou grupos da mesma etnia. São as conexões entre pessoas (que se associam para poder sobreviver). São os agrupamentos formados por pessoas que têm características semelhantes e, juntas, resolvem os problemas do grupo.

Na segunda dimensão, estão as redes denominadas *bridging*, que consistem na interação entre grupos sociais. São associações com maior mobilidade nas quais as relações sociais são horizontais objetivando bem comuns. E, na terceira, estão as redes denominadas *linking*, que consistem na união entre as pessoas com o objetivo de alavancar recursos ou poder junto às instituições estabelecidas, acesso a bancos, governos e outros.

Kliksberg (2003) argumenta que o campo do capital social é bastante amplo e está imerso em controvérsias, mas é possível defini-lo seguindo quatro elementos essenciais, a saber: *i*) clima de confiança existente em uma sociedade, tanto nas relações interpessoais, como para poderes e atores sociais chaves, com o que, quanto menor for a confiança entre os membros de uma comunidade, maior será a dependência de terceiros para proteger os acordos e obrigar a sua execução, mais gestores legais, tribunais, polícia; em outro plano, a confiança nas instituições e nas elites diretivas decai, se reduz a governabilidade, com múltiplos efeitos negativos; *ii*) a capacidade de uma sociedade gerar formas de cooperação e associações com sinergia; *iii*) a consciência cívica, a atitude predominante para o coletivo desde o mais elementar até o cuidado dos parques públicos, até a responsabilidade fiscal; e *iv*) valores éticos preservados entre os integrantes da comunidade.

É importante, porém, notar a diferença entre capital humano e capital social. O primeiro requer grande investimento em saúde e educação, enquanto o segundo requer valores, solidariedade, confiança e participação. O capital social requer: *i*) o importante papel que jogam no âmbito societal e institucional os níveis de

confiança entre os atores em uma sociedade; *ii*) a existência e a prática, por parte dessa população, de normas cívicas; *iii*) o nível de associativismo, que incide diretamente no fortalecimento do tecido social e, por último; *iv*) importante presença na cultura de valores, tais como o respeito à dignidade do outro, justiça social, solidariedade e tolerância para facilitar a convivência.

Kliksberg (2003) relaciona o capital social aos baixos índices de corrupção, delinquência e criminalidade em países desenvolvidos, como a Finlândia, a Noruega, a Suécia, a Holanda e o Canadá, países com um nível elevado de qualidade de vida (saúde, educação, equidade econômica).

O conceito capital social também está suscitando interesse nas instituições econômicas internacionais. Após o fracasso da aplicabilidade das políticas do Consenso de Washington no âmbito econômico e social nos países de economias emergentes, há uma tendência das instituições (FMI, Banco Mundial) reverem seus programas, considerando mais a dimensão social com a parceria da sociedade civil no desenvolvimento econômico de cada país. A revisão das metas do Consenso de Washington e sua nova abordagem são conhecidas, agora, como *Post-Washington Consensus*.

As propostas do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD) se encontram nesta mesma direção, ou seja, o capital social diz respeito a instituições, relações e normas que conformam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade. A OECD o define, em seu informe *The Well-Being of Nations: the role of human and social capital* (OECD, 2001), como as redes junto com normas, valores e opiniões compartilhadas que facilitam a cooperação dentro e entre os grupos.

O grupo temático que discute o capital social no Banco Mundial o entende, em outras palavras, como a capacidade de relacionamentos dos indivíduos, suas redes de contatos sociais baseadas em expectativas de reciprocidade e comportamento confiáveis que, no conjunto, melhoram a eficiência individual. No plano coletivo, o capital social ajudaria a manter a coesão social, pela obediência às normas e leis, bem como a negociação em situações de conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição, tanto nas escolas quanto na vida pública, o que resultaria em um estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico, enfim, numa sociedade mais aberta e democrática.

Talvez a ideia mais central que integra o capital social seja a confiança (*trust*). É nela que residem todas as relações que solidificam a comunidade, não existe empreendimento, cultura cívica nem capital social sem a confiança. Segundo Baquero (2003), três vertentes de pensamento têm indicado as fontes geradoras da confiança e que podem ser assim definidas: *i*) a atividade voluntária, que se constitui no mecanismo essencial para sustentar a confiança generalizada; *ii*) a confiança, surgida como resposta a experiências pessoais e com instituições fora

do universo daquelas pequenas associações às quais um indivíduo é filiado; e *iii*) há um leque de instituições que promovem o capital social além das associações voluntárias, tais como a família, as escolas, os meios de comunicação.

Aplicando-se essa perspectiva teórica do capital social ao caso do Rio Grande do Sul, Bandeira (2003) estabelece uma diferença regional no estado muito semelhante ao que Putnam (2000) fez na Itália. Como uma primeira aproximação, haveria uma diferença entre o *norte colonial*, cuja *matriz é italiana e alemã* com existência de pouca escravidão e predomínio do minifúndio. Em contraste, nós teríamos no *Sul*, uma *matriz ibera*<sup>9</sup> com o predomínio do latifúndio e o uso extensivo da mão de obra escrava.

No que se refere à primeira região, Bandeira (2003) ressalta que essas zonas coloniais de imigração alemã e italiana estão dotadas de mais capital social do que as da região Sul. Nas primeiras, encontramos uma infinidade de associações recreativas, clubes sociais, sociedades de canto, de atiradores e artísticas, bem como uma intensa vida social colaborativa e cooperativa entre os primeiros colonos que aqui chegaram no século XIX. As estatísticas do período têm apontado que entre 1824 e 1830 entraram cerca de 5.350 alemães no estado do Rio Grande do Sul e entre 1830 e 1889 foram introduzidos mais 20 mil imigrantes que aqui desembarcaram, sendo responsáveis pela criação de 142 colônias alemãs no estado (Anuário, 2002). Nos municípios que surgiram a partir do desmembramento de São Leopoldo, encontra-se um quadro de povoamento semelhante, no qual a composição étnica esteve inicialmente marcada pelos alemães (Weber, 2006), como no caso do município aqui analisado, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Todavia, deve-se levar em consideração que outros grupos étnicos raciais também compuseram o cenário desta região, especialmente índios, negros, açorianos e luso-brasileiros, muito embora apareçam comumente na bibliografia, como agentes de experiências fracassadas (Nunes, 2009). Os dados obtidos com a presente pesquisa em 2012 e 2013 desmistificaram a ideia de uma “sociedade alemã” atualmente nestas localidades, na medida em que apenas 31% dos hamburgueses se autodeclararam de origem étnica alemã e em São Leopoldo, 22%, um percentual ligeiramente maior.

Nessas áreas de imigração, por exemplo, registra-se o traço da cooperação e da solidariedade, um grupo fazia a colheita quando um colono estava doente, assim como a conservação da estrada, bem como os acordos para a construção do cemitério, a construção da capela, dava-se por iniciativa dos pequenos proprietários rurais locais (De Boni e Costa, 1979 *apud* Bandeira, 2003).

---

9. Quando nos referimos à *matriz ibera* ou *tradição ibérica*, estamos nos reportando às formas hierárquicas, verticais da organização da vida social. Assim, quando nos referimos à *matriz italiana e alemã* ou *imigração italiana e alemã*, estamos fazendo menção à forma horizontal de organização da vida social e não a questões de ordem étnica ou racial.

Dentro da matriz teórica do capital social, também Monastério (2003) analisa a qualidade das administrações municipais no estado do Rio Grande do Sul. Nas localidades, que ele denomina de planalto e serra (utilizando outra divisão territorial, mas referindo-se às zonas de imigração) há os melhores indicadores de qualidade da administração pública em contraposição às regiões da campanha (Sul). Em sua análise, na região da campanha, há menor formulação legislativa, menos informatização, menos conselhos, gasta-se o mínimo previsto na legislação com saúde e educação ao passo que, na serra e no planalto, mais ao norte do estado, estes indicadores tendem a ser melhores pela dotação de capital social.

As duas municipalidades em tela (Novo Hamburgo e São Leopoldo) situadas na região do Vale do Rio dos Sinos, ao norte do estado do Rio Grande do Sul, guardam particularmente uma interessante relação entre o capital social e seus níveis de desenvolvimento.

#### 4 NEXOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O CAPITAL SOCIAL

Feitas essas considerações sobre o desenvolvimento e o capital social, torna-se necessário avaliar a relação empírica existente entre o desenvolvimento local e o capital social, nestas localidades recortadas – Novo Hamburgo e São Leopoldo. Seguindo nossa orientação teórica a partir de Sen (2000), que entende o desenvolvimento humano como a ampliação das capacidades humanas, tomamos o IDHM como o indicador mais próximo deste conceito.

Nesse sentido, quando se olha primeiramente para o IDHM dos municípios em tela entre 1991 e 2010, o que corresponde aos últimos vinte anos, é possível verificar que ambos os municípios, em 2010, alcançaram um IDHM alto de 0,747 e 0,739, respectivamente (entre 0,7 e 0,799), conforme tabela 1.

TABELA 1  
Índice de desenvolvimento humano municipal

	Novo Hamburgo	São Leopoldo
1991	0,544	0,543
2000	0,671	0,656
2010	0,747	0,739

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <encurtador.com.br/uxBGT>.

De 1991 a 2000, o município de Novo Hamburgo teve uma taxa de crescimento de seu IDH na ordem de 23,35%, e entre 2000 e 2010, 11,33%. Já o município de São Leopoldo cresceu 20,81% de 1991 a 2000 e 12,65% entre 2000 e 2010 conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

Como o IDHM é composto pelos componentes de escolaridade, renda e longevidade, fica a questão: quais foram os componentes que puxaram este índice para cima nestes municípios? Direcionando-se o olhar para os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, muito embora estas municipalidades tenham índices próximos de IDHM, Novo Hamburgo (com 0,747) vem se mantendo ligeiramente à frente de São Leopoldo (0,739). Em ambos os municípios a educação é a principal dimensão de destaque para elevar este índice, seguida de renda e longevidade nos últimos vinte anos.

A bibliografia especializada tem apontado que o crescimento nos níveis de educação pode favorecer o fomento de capital social. Quando são observados os índices de capital social nestes municípios, tabela 2, é perceptível a presença de estoques mais elevados de capital social em Novo Hamburgo (1 de alto) comparados com São Leopoldo (0 de alto), ou seja, estoques mais altos de confiança interpessoal, solidariedade, organização e participação política. O capital social parece perfilar-se com os índices de IDHM destes mesmos municípios.

Na tabela 2, vê-se que os índices de capital social em Novo Hamburgo apresentaram 1% de alto, 28% de médio e 71% de baixo, comparado com 0 de alto em São Leopoldo, 22% de médio e subindo para 78% de baixo. Numa análise comparativa, é o município de Novo Hamburgo que mostra maiores estoques de capital social entre seus habitantes do que em São Leopoldo que apresentou, por sua vez, menores índices de IDHM também.

**TABELA 2**  
**Índice de capital social dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo**  
(Em %)

	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Alto	1	0
Médio	28	22
Baixo	71	78
<b>Total</b>	100	100

Fonte: Santos (2012).

Obs.: O índice de capital social (ICS) foi construído em parceria com o Nuposal de forma idêntica para as duas municipalidades, a partir da seleção de nove questões que fossem capazes de dar conta do conceito de capital social em suas diferentes dimensões, conforme Robert Putnam. Neste sentido, procuramos açambarcar a dimensão da confiança interpessoal de uma determinada sociedade, a dimensão atitudinal para a solidariedade entre seus cidadãos e a dimensão societal que atenta para os níveis de organização e participação de uma determinada comunidade. São elas: "Em termos gerais, o senhor diria que se pode confiar nas pessoas ou não se pode confiar nas pessoas?" Sim (peso 2), Não (peso 0); "Gostaria de saber se o senhor confia muito (peso 2), pouco (peso 1) ou não confia (peso 0) na: igreja, família, vizinhos, associações comunitárias, sindicatos"; "O senhor costuma participar de: partidos políticos, reuniões políticas, comícios, associações comunitárias, associações religiosas, associações sindicais, conselhos populares, ONGs, orçamento participativo, abaixo-assinados, manifestações ou protestos, greves, ocupação de terrenos ou prédios públicos, outros" Sim (peso 2), Não (peso 0); "Nos últimos anos, o senhor tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas? Sim (peso 2), Não (peso 0); "Dentre os grupos que eu vou mencionar, quais deles existem no seu bairro: grupo político, grupo ou associação cultural, grupo educacional, grupo esportivo, grupo de jovens, ONG ou grupo cívico, grupo baseado na comunidade étnica, grupos de mulheres, outro" Sim (peso 2), Não (peso 0); "Se precisasse viajar por um ou dois dias, o senhor poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa e/ou filhos?" Sim (peso 2), Provavelmente (peso 1), Não (peso 0); "Em uma situação de emergência como a doença de um familiar ou perda de emprego, o senhor receberia ajuda:" familiares (peso 0), vizinhos (peso 2), colegas de trabalho (peso 2); "Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, o senhor contribui pra este projeto?" Sim (peso 2), Não (peso 0). Este índice está ancorado teoricamente no conceito de capital social de Putnam (2000).

Para melhor exemplificar o índice de capital social e a título de ilustração das questões que compõem este índice, na tabela 3, é utilizada a *confiança interpessoal* como uma das tantas questões que mensuram o capital social. Os dados mostram que 24% das pessoas em Novo Hamburgo responderam que se *pode confiar nas pessoas*, contra 17% de São Leopoldo.

TABELA 3  
**Confiança interpessoal**

	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Não se pode confiar nas pessoas	69	69
Pode-se confiar nas pessoas	24	17
Não sabe	7	14
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos (2012).

Na mesma dimensão da confiança interpessoal, indagou-se aos entrevistados que *se precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com a ajuda de vizinhos para cuidar de sua casa e/ou dos seus filhos?* Os resultados apresentados na tabela 4 mostram que, em Novo Hamburgo, 66% responderam afirmativamente que “sim” e 17% negativamente. Em São Leopoldo, o percentual fica praticamente o mesmo, 67% responderam afirmativamente que poderiam contar com a ajuda dos vizinhos e 12% que não poderiam.

TABELA 4  
**Contar com a ajuda de vizinhos**

	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Sim	66	67
Provavelmente	11	16
Não	17	12
Não sabe	5	5
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos (2012).

Tais resultados sugerem existir, nessas duas municipalidades, níveis não desprezíveis de capital social comunitário, ingredientes necessários para construir uma cultura política participativa. Essa expectativa confirma-se nos dados da tabela 5, quando os entrevistados são questionados sobre a importância da participação das pessoas em projetos comunitários.

Na tabela 5, portanto, 78% da população de Novo Hamburgo responderam que, mesmo que um projeto da comunidade não lhe beneficie, mas possa beneficiar outras pessoas do seu bairro, ele contribuiria para o projeto e 9% responderam que

“não”. Em São Leopoldo, 80% responderam “sim”, contra 7% que “não contribuiriam”. A mesma pergunta recebeu percentuais muito semelhantes em ambos os municípios, muito embora no índice de capital social em Novo Hamburgo, tenha ligeiramente um percentual maior.

TABELA 5  
Projeto da comunidade que beneficia outras pessoas

	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Sim	78	80
Não	9	7
Não sabe	13	13
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos (2012).

Feitas essas constatações iniciais entre a existência de capital social nas respectivas municipalidades e seus IDHM, tornou-se necessário estabelecer os nexos entre o volume de capital social e o seu respectivo desenvolvimento local. Para tal fim, foi necessário criar um índice de desenvolvimento local (IDL), seguindo a orientação teórica, e cruzá-lo com o índice de capital social. Este IDL foi construído com base no conceito de desenvolvimento de Sen (2000), conforme já referido, ou seja, o desenvolvimento aqui é entendido como a ampliação das liberdades humanas, portanto, uma localidade é mais desenvolvida do que a outra quando as pessoas vivem mais lá, são mais instruídas, têm mais dignidade de vida e participam mais da vida comunitária. Assim, foram selecionadas nove questões que dessem conta destas quatro diferentes dimensões do conceito, dando pesos maiores às alternativas dentro de cada dimensão que favorecesse a maior renda, a maior instrução, as melhores condições de vida e a participação comunitária como um índice piloto para mensurarmos o desenvolvimento local, inspirados no índice de potencial de qualidade de vida criado por Baquero (2007), muito embora diverso.<sup>10</sup>

10. As seguintes questões foram selecionadas para compor o índice: idade – abaixo de 35 anos (peso 0); de 36 a 55 anos (peso 1); e acima de 55 anos (peso 2). Renda mensal familiar – de zero a R\$ 1.244,00 (peso 0); acima de R\$ 1.244,01 até R\$ 4.976,00 (peso 1); e de R\$ 4.976,01 ou mais (peso 2). Escolaridade – analfabeto a ensino fundamental incompleto (peso 0); ensino fundamental completo a ensino médio completo (peso 1); e ensino superior incompleto ao completo e pós-graduação (peso 2). Agora, de maneira geral, como você avalia a qualidade dos serviços públicos em sua cidade? Muito insatisfeito e ruim (peso 0); parcialmente satisfeito (peso 1); satisfeito; e muito satisfeito (peso 2). Como você avalia a qualidade dos serviços públicos, saúde, educação esporte/lazer, transporte, segurança, saneamento básico e habitação? Muito insatisfeito e ruim (peso 0); parcialmente satisfeito (peso 1); satisfeito; e muito satisfeito (peso 2). Em geral, você teve ou tem dificuldade para pagar ou obter alimentação, medicamento, luz, água, vestuário, transporte, telefonia, moradia, acesso à justiça? Sim (peso 0); às vezes (peso 1); e não (peso 2). Existem pessoas no seu bairro que não têm acesso a escolas, posto de saúde, água e esgoto, transporte? Muitas (peso 0); poucas (peso 1); e nenhuma (peso 2). Quanto à acessibilidade arquitetônica para portadores de deficiência. Você considera sua cidade? Péssimo e ruim (peso 0); regular (peso 1); bom; e ótimo (peso 2). Atualmente você participa de algum grupo ou organização (associação de moradores, partidos, grupo religioso etc.)? Sim (peso 1); não (peso 0).



Como é possível notar na tabela 6, Novo Hamburgo apresenta 71% de alto IDL, 25% de médio IDL e 4% de baixo, ao passo que São Leopoldo apresenta uma ligeira melhora de 78% de alto, 20% de médio e 1% de IDL de baixo. Muito embora, tenha-se salientado no início deste tópico um certo alinhamento entre IDHM e o capital social, tanto em Novo Hamburgo como em São Leopoldo, indo ao encontro de nosso referencial teórico, a tabela 6, como se pode perceber, apresenta uma certa vantagem para São Leopoldo no seu IDL, mesmo com capital social menor do que Novo Hamburgo, contrariando a teoria. Como explicar este fenômeno?

TABELA 6

**Índice de desenvolvimento local dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo**  
(Em %)

	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Alto	71	79
Médio	25	20
Baixo	4	1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos (2012).

Como há uma certa aproximação tanto nos níveis de capital social quanto nos níveis de desenvolvimento nos municípios analisadas (nos índices construídos), pensamos que o erro amostral de 4% para mais ou para menos pode explicar em parte esta não linearidade, esta falta de precisão. Talvez seja oportuno um estudo comparado destas municipalidades com outras do entorno. Claramente, com maior volume de capital social para verificar se este fenômeno vai se repetir ou não. Todavia, tornou-se imperativo investigar se há de fato uma correlação entre estes dois indicadores, ou seja, se o capital social de fato impacta no desenvolvimento local nestes respectivos municípios internamente.

Dessa forma, aplicou-se o teste Spearman's em Novo Hamburgo e constatou-se que existe uma correlação direta fraca, porém significativa ( $R = 0,137$ ;  $p = 0,001$ ) entre o ICS e IDL, conforme consta na tabela 7.

TABELA 7

**Correlação entre o índice de capital social e o índice de desenvolvimento local em Novo Hamburgo**

		Correlações	
		Indicador	INDCS
Spearman's		Coefficiente de correlação	1,000
	IDL NH	Significância (duas extremidades)	–
		N	613
		Coefficiente de correlação	0,137**
	INCS NH	Significância (duas extremidades)	0,001
		N	613

Fonte: Santos (2012).

Nota: \*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (duas extremidades).

Em outras palavras, as relações de confiança, reciprocidade e solidariedades típicas do capital social apresentam relação com o desenvolvimento, com a promoção da saúde, da educação e participação da comunidade.

Quando o teste Spearman's é aplicado em São Leopoldo, verifica-se também que existe uma correlação direta fraca, mas significativa ( $R = 0,148$ ;  $p = 0,001$ ), entre o ICS e IDL, conforme consta na tabela 8.

TABELA 8

**Correlação entre o índice de capital social e o índice de desenvolvimento local em São Leopoldo**

		IDL-SL	CS-SL
Spearman's		Coefficiente de correlação	1,000
	IDL-SL	Significância (duas extremidades)	–
		N	600
		Coefficiente de correlação	0,148**
	ICS-SL	Significância (duas extremidades)	0,000
		N	600

Fonte: Santos (2012).

Nota: \*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (duas extremidades).

Como se pode perceber, em ambos os municípios investigados, os índices de capital social impactaram positivamente os índices de desenvolvimento local. Evidentemente, há outras variáveis que incidem sobre o desenvolvimento, todavia, para os objetivos deste trabalho, o propósito era demonstrar a importância do capital social para o desenvolvimento local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo foi investigar a relação existente entre o capital social e o desenvolvimento local a partir do estudo de dois municípios do estado do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo e São Leopoldo, ambos localizados na região do Vale do Rio dos Sinos.

A hipótese de trabalho, demonstrada empiricamente, comprovou que o capital social existente nestas localidades constituiu-se em uma variável importante para explicar o desenvolvimento local. Em ambos os municípios analisados, observou-se que o capital social correspondia quase que linearmente ao IDHM de cada município, em outras palavras, havia certa correspondência entre os índices de capital social com os indicadores oficiais de desenvolvimento, tanto em Novo Hamburgo como São Leopoldo.

A partir dessa primeira análise e a fim de comprovar a correlação entre o capital social e o desenvolvimento local, criamos um índice de desenvolvimento local, inspirado no conceito de Sen (2000) e Baquero (2007) e outro de capital social. Constatou-se que Novo Hamburgo tem o ICS maior do que de São Leopoldo, mas não necessariamente o maior IDL como a teoria previu. Pensou-se que o erro amostral poderia estar turvando a análise mais exata, o que instiga novas comparações. Contudo, quando aplicado o teste Spearman's em ambas as municipalidades, nota-se a existência de uma correlação direta fraca, porém significativa, tanto em Novo Hamburgo ( $R = 0,137$ ;  $p = 0,001$ ) quanto em São Leopoldo ( $R = 0,148$ ;  $p = 0,001$ ), entre o ICS e IDL. Entende-se que esta correlação pode aumentar na medida em que aperfeiçoarmos nosso IDL a partir destes estudos comparativos.

Nesse sentido, este artigo demonstrou que a confiança que as pessoas nutrem umas nas outras, bem como as formas de participação, solidariedade e cooperação estão correlacionadas positivamente com os índices de desenvolvimento local, isto é, com indicadores de longevidade, renda, escolaridade, acesso a bens públicos, entre outros que compuseram nosso IDL.

Evidentemente, há outras variáveis externas, para além do capital social, que podem incidir sobre o desenvolvimento local que não foram arroladas neste trabalho, devido ao recorte teórico e metodológico deste.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, E. M. Uma presença invisível: escravos em terras alemãs (1850-1870). *In*: NUNES, M. F. (Org.). **Diversidade e política afirmativas**: diálogos e intercursos. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2006.

ANUÁRIO da indústria e comércio Novo Hamburgo: os patriarcas. Novo Hamburgo: Kadosch, 2002. (Coletânea edição 2001/2002).

BANDEIRA, P. S. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. *In*: CORREA, S. M. S. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Ed. Edunisc, p. 15-59, 2003.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade no Brasil: o papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

\_\_\_\_\_. **Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**, 7. ed., Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. S95-S120, 1988.

CUNHA, L. Imigração e colonização alemã. *In*: PICOLLO, H.; PADOIN, M. (Dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: Império. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, v. 2, p. 279-319, 2006.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 1. ed. Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KLIKSBERG, B. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: UNESCO, 2003.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. *In*: DACANAL, J. H. (Org.). **RS: imigração e colonização**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 47-67, 1980.

MONASTERIO, L. M. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. *In*: CORREA, S. M. S. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Ed Edunisc, p. 61-84, 2003.

NUNES, M. F. **O negro no mundo alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

OECD – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **The well-being of nations: the role of human and social capital.** 2001. Disponível em: <<https://is.gd/pq98AV>>. Acesso em: dez. 2012.

PLATTNER, M. (Org.). **The global resurgence of democracy.** 2. ed., [s.l.]: The John Hopkins University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia.** A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

RAMBO, B. P. A imigração alemã. 1956. *In*: BECKER, K. (Org.). **Enciclopedia Rio-grandense.** 1. ed. Canoas: Editora regional. v. 5, p. 75-123, 1956.

RAMOS, E. H. C. Cidades e sociabilidades (1822-1889). *In*: PICCOLO, H. P. M. **História Geral do Rio Grande do Sul: Império.** 1. ed. Passo Fundo: Méritos. v. 2, p. 423-447.

REIS, B. P. W. Capital Social e Confiança: questões de teoria e método. **Revista Sociologia Política,** Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov. 2003.

SANTOS, E. R. **Capital social e políticas públicas em Novo Hamburgo e São Leopoldo.** Subsídios para o desenvolvimento. Novo Hamburgo: Feevale, 2012. (Relatório Técnico- CPP).

SCHEMES, C. *et al.* **Memória do setor coureiro-calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2005. 248p.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** 1. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, D. R. Condicionantes político-administrativos do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul – A experiência dos COREDES. *In*: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. **Desenvolvimento regional.** Capital social, redes e planejamento. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Ed Eduniscp, p. 135-158, 2004.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

WEBER, R. **Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica-RS.** 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2006.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Social capital: implicatyns for development theory, research and policy.** *In*: The World Bank Research Observer, local, v. 15, n. 2, p. 225-249, Aug., 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

RENNÓ, L. R. **Teoria da cultura política**: vícios e virtudes. Rio de Janeiro: BIB, n. 45, p. 71-921, 1998.

Data da submissão: 24/11/2016

Primeira decisão editorial em: 20/9/2017

Última versão recebida em: 25/9/2017

Aprovação final em: 9/10/2017